



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Administrativa - PGE-PA

Parecer nº 340/2021/PGE-PA

Referência: Processo administrativo nº 0004.247201/2021-71. Tomada de Preços nº: 020/2021/CPLO/SUPEL/RO.

Procedência: Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO/SUPEL/RO.

Interessado: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA - FUNESBOM

Objeto: Construção da Organização Bombeiro Militar no município de Machadinho do Oeste do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

Valor estimado: 1.221.244,06 (um milhão, duzentos e vinte e um mil duzentos e quarenta e quatro reais e seis centavos)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. BDI ACIMA DO ESTIPULADO NO EDITAL. DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DO EDITAL. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de pedido de análise do julgamento de recurso administrativo interposto pela empresa **NEIANDER STORCH EIRELI - ME (0021239697)** em virtude da desclassificação da sua proposta na Tomada de Preços nº.: 020/2021/CPLO/SUPEL/RO por não aplicar em sua Planilha Orçamentaria o BDI diferenciado previsto no subitem 15.17.1, conforme a Planilha Orçamentária apresentada pela administração, contrariando o disposto no item 17.1.2. alínea "e" (...e 16,32% (dezesesseis vírgula trinta e dois), por cento para equipamentos...) do Edital.

1.2. O recurso foi submetido à análise da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO que, por meio da Despacho SUPEL-CPLO (SEI nº 0021430914), analisou as razões apresentadas mantendo a desclassificação da proposta da recorrente.

1.3. Assim, o presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de análise e parecer acerca da decisão da CPLO. (0021430914)

1.4. É o breve relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Em sede de admissibilidade, como bem observado pela CPLO, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. DO RECURSO DA EMPRESA NEIANDER STORCH EIRELI - ME 0021239697

3.1. A empresa **NEIANDER STORCH EIRELI - ME** inconformada com a sua inabilitação no procedimento licitatório em epígrafe, apresentou recurso nos seguintes termos:

A empresa recorrente alega que “...será a executora direta do empreendimento. Por sua vez, todos os encargos e impostos, serão executados e/ou pagos, integralmente por nossa empresa...”. Que “...a subestação, não se enquadra como serviços fornecido por empresas com especialidades próprias, onde em sua grande maioria, trabalha exclusivamente com o fornecimento desses insumos...” Ainda em sua defesa, a empresa requerente afirma com as seguintes palavras: “... o BDI diferenciado deve ser aplicado apenas no caso em que um ou mais materiais (ou equipamentos) a serem incorporados a obra sejam a tal ponto específicos e financeiramente relevantes que a atitude natural do gestor seria aquisição em licitação distinta, porém esta se mostra inviável. Ao observarmos o percentual correspondente a subestação, **é tão pequeno**, o qual não justifica o disposto acima. Por tratar-se de material utilizado corriqueiramente..” (grifo nosso). Cita jurisprudência do TCU (Acórdão 2.546/2015 – Plenário), onde o TCU inclina-se na direção de que a existência de pequenos equívocos não deve conduzir à imediata desclassificação da proposta, caso a retificação da planilha ou da composição dos custos não altere o valor global ofertado

4. **DECISÃO DA COMISSÃO 0021430101**

4.1. Compulsando os autos, verifica-se que a Comissão julgou os recursos nos seguintes termos:

com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento ao recurso interposto pela empresa NEIANDER STORCH EIRELI – ME mantendo-a **DESCCLASSIFICADA** no presente certame. Declarando como proposta comercial classificada em primeiro lugar a apresentada pela empresa **ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

5. **PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL**

a) **NEIANDER STORCH EIRELI - ME**

5.1. A recorrente **NEIANDER STORCH EIRELI - ME** alega não concordar com a desclassificação da proposta, haja vista que se deve aplicar a diferenciação de BDI de 16,32%, porque não irá subempreitar ou terceirizar a execução da subestação.

5.2. Além disso, questiona a exigência do edital quanto ao objeto que foi exigido BDI diferenciado.

5.3. No entanto, conforme informado pela Comissão, a desclassificação da proposta da recorrente ocorreu, tendo em vista o descumprimento do que exigia o item 17.1.2 “alínea e” do edital, *in verbis*:

e) Será exigida das proponentes a apresentação:

e1) Das composições unitárias de custos de todos os itens, cujo valor de cada item deverá ser idêntico ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa; e

e2) Composição do BDI. (O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pela Administração Pública que no caso em tela é de 25,32% (vinte e cinco vírgula trinta e dois) por cento e **16,32% (dezesseis vírgula trinta e dois) por cento para equipamentos**, os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima).

5.4. Constata-se nas Propostas de Preços - STORCH I (SEI nº 0021039412) e Proposta de Preços - STORCH II (SEI nº 0021039422) que **a Recorrente aplicou o BDI de 25,32 % para todos os itens da planilha orçamentária, descumprindo exigência expressa do edital.**

5.5. Além disso, consta no subitem 7.8 do edital que: “A não arguição de dúvidas por parte das LICITANTES, implicará na tácita admissão de que os elementos contidos no Edital e seus anexos foram considerados suficientes”

d) **OBSERVAÇÕES COMUNS**

5.6. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

5.7. Frisa-se que, cabe ao licitante verificar e, mediante certeza de seu anseio de participação e adesão às regras do edital, em direto cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto expressamente na legislação esparsa administrativa por meio dos Arts. 3º e 41, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme recortes a seguir:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

5.8. Com efeito, a classificação da recorrente, nos moldes em que são postas as pretensões recursais, infringiria os princípios da vinculação ao Edital, bem como da impessoalidade e moralidade, dando-lhes benesses em detrimento às demais licitantes, o que é vedado.

5.9. Destarte, não tendo a recorrente apresentado a composição de BDI diferenciada, conforme exigido no edital, correta a decisão da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO em manter sua desclassificação.

6. CONCLUSÃO

6.1. Ante o exposto, sob o viés jurídico, esta Procuradoria Geral do Estado **não verifica qualquer irregularidade na decisão da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO, que julgou improcedente as intenções de recurso apresentadas.**

6.2. O presente parecer segue para aprovação por parte do Procurador Geral do Estado, de acordo com o art. 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

6.3. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

THIAGO ARAÚJO MADUREIRA DE OLIVEIRA

Procurador do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Araújo Madureira de Oliveira, Procurador(a)**, em 26/10/2021, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021628478** e o código CRC **D40FD062**.